

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: desafios e impasses para uma formação emancipatória

Nathalia Rissane Costa Gomes¹Lélia Cristina Silveira de Moraes²

RESUMO

No presente estudo discute-se as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, apresentando alguns desafios que estas políticas inserem para a formação emancipatória dos jovens e Adultos. Adotou-se a pesquisa qualitativa como enfoque metodológico, compreendendo o objeto de estudo visto na sua historicidade. Utilizou-se como técnica a pesquisa bibliográfica por meio de livros, revistas, artigos e demais fontes destacando autores como Afonso (2001); Haddad e Di Pierro (2000); Ceratti (2007); Saviani (1994); Arroyo (2011); Ricetti (2015); Gentili (2013); Apple (2002); Bernstein (2003); Castro, Machado e Vitoretti (2010); Moura, Lima Filho, Silva (2015); Gramsci (2001); Marx (1866); Freire (1987) que propiciaram a construção do conhecimento. Conclui-se compreendendo os desafios impostos pelas políticas neoliberais em que se firma a exigência de políticas educacionais para uma formação mais humana e emancipatória. Destaca-se ainda a necessidade da reflexão profunda sobre a temática, bem como a continuação deste estudo.

Palavras-chave: Políticas educacionais; formação emancipatória. Educação de jovens e Adultos.

ABSTRACT

In the present study, educational policies for Youth and Adult Education are discussed, presenting some challenges that these policies pose for the emancipatory training of youth and Adults. Qualitative research was adopted as a methodological focus, understanding the object of study seen in its historicity. Bibliographical research was used as a technique through books, magazines, articles and other sources highlighting authors such as Afonso (2001); Haddad and Di Pierro (2000); Ceratti (2007); Saviani (1994); Arroyo (2011); Ricetti (2015); Gentili (2013); Apple (2002); Bernstein (2003); Castro, Machado and Vitoretti (2010); Moura, Lima Filho, Silva (2015); Gramsci (2001); Marx (1866); Freire (1987) that facilitated the construction of knowledge. It concludes by understanding the challenges imposed by neoliberal policies in which the demand for educational policies for a more humane and

¹ Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Estudante do curso de doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação; nathaliarissane@hotmail.com

² Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação; lelia.silveira@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



emancipatory formation is established. It also highlights the need for deep reflection on the subject, as well as the continuation of this study.

Keywords: Educational policies; emancipatory training. Youth and Adult Education.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente as políticas educacionais brasileiras revelam desafios e impasses para uma formação emancipatória, pois desde as primeiras iniciativas governamentais nota-se projetos políticos que priorizam a formação técnica em detrimento da formação intelectual. O ato de ler e escrever é direito de todos para que possa exercer seu papel de cidadão, contudo, este ato por si só não valida este direito e não propicia a inclusão na sociedade de maneira justa.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo discutir os desafios e impasses que as políticas educacionais vem constituindo para uma formação emancipatória no contexto da Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Arroyo (2011) a EJA se constitui como um campo de pesquisas e de formação e vem encontrando condições favoráveis para se configurar como um campo específico, sobretudo, de políticas públicas. Logo, torna-se indispensável a discussão dos impasses que fazem parte das políticas que a permeiam, pois a formação humana e emancipatória é condição essencial para a garantia de direitos dos jovens e adultos na sociedade.

Assim, delineou-se a metodologia deste trabalho considerando o estudo de Karl Marx, o qual demonstra a necessidade da referência histórica e dialética no modo de produção da existência do homem, concebendo-se esta pesquisa de cunho qualitativa, adotando-se a historicidade, em que, conforme Gunther (2006), o objeto de estudo qualitativo é sempre visto na sua historicidade. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica como forma técnica para recolha de dados, a partir de livros, artigos, e demais fontes em que propiciou a análise e a discussão da temática.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O trabalho segue abaixo apresentando a seção sobre o panorama da Educação de Jovens e Adultos no contexto das políticas educacionais, seguido dos desafios destas políticas para a formação emancipatória e encerra com a conclusão e as referências.

2 BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Para a compreensão das políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário a reflexão do papel do Estado frente aos processos de globalização do capitalismo, pois este consolida-se na sociedade exercendo um papel regulatório em todo o Estado, o que, conseqüentemente, atinge as políticas públicas em todas as esferas. Nesse contexto, Afonso (2001) enfatiza a construção do projeto do capitalismo consolidado no Estado, entendendo que a partir daí as funções de regulação, coerção e controle social estão cada vez mais evidentes na elaboração das políticas públicas, sobretudo, nas políticas educacionais, em que a trajetória histórica se relaciona com o conservadorismo estatal, pois é a escola um lugar privilegiado para disseminação e consolidação do projeto capitalista por meio da transmissão de uma cultura dominante ligada aos interesses conservadores.

Deve-se entender que as políticas educacionais deveriam ir na contramão destas intencionalidades, porém o que se pode perceber mediante os estudos da historicidade das políticas para a EJA, é que os projetos para este segmento, esteve, na maioria das vezes, a serviço do capital. Tal percepção é possível a partir dos projetos educacionais caracterizados por cursos e programas de rápida duração e emissão de certificados que prometem a garantia de emprego.

A própria história das políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Século XIX – XX), revela o início do pensamento e elaboração das políticas com vistas ao desenvolvimento da sociedade a qual precisaria instruir sujeitos com objetivo da formação de mão de obra, fazendo surgir em 1900 as primeiras iniciativas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

políticas para o combate ao analfabetismo. Conforme Ceratti (2007), a necessidade da aceleração do crescimento econômico levou à exigência da capacitação de pessoas para o trabalho. Contudo, nessa mesma conjuntura histórica situa-se que a pessoa que não sabia ler e nem escrever, não tinha direito ao voto, o que refletia negativamente nos interesses políticos pessoais.

Segundo os estudos de Haddad e Di Pierro (2000), a Educação de Jovens e Adultos se revela desde o período colonial, mas é somente a partir de 1824 que o ensino é garantido para os adultos por meio da promulgação da primeira Constituição Federal³, e só em 1940 a EJA passa a ser considerada como problema de política nacional, quando se instala neste período o Serviço de Educação de Adultos (SEA)⁴.

Ao longo de toda a historicidade, a EJA é pensada a partir de campanhas, congressos e conferências em que se vai delineando todo o seu percurso até a atualidade. No período de 1946 a 1958, destacam-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Campanha Nacional de Educação Rural e Campanha Nacional de Erradicação do analfabetismo, as quais apresentam como única preocupação a alfabetização dos adultos.

A atenção para a escolarização voltada para a emancipação vai se desenvolver a partir do segundo Congresso Nacional de Educação, no qual os educadores pensaram acerca da redefinição das características específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (HADDAD; DI PIERRO, 2000), em que esse pensamento se funda na proposta de trabalho de Paulo Freire, o qual parte de uma perspectiva de alfabetização baseada na emancipação dos sujeitos.

Com a ditadura militar (1964), o trabalho proposto por Paulo Freire foi desarticulado, sendo instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, caracterizado por centros de estudos que priorizavam o domínio da técnica e a rápida certificação, levando ao esvaziamento da práxis pedagógica voltada para uma formação mais humana e emancipatória. Ratifica-se isto na Lei de Diretrizes e Bases

³ Embora não se fazendo menção a EJA. A primeira legislação que faz referência a EJA só ocorre na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1971.

⁴ Serviço oriundo do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da Educação de 1971 quando esta regulamenta o Ensino Supletivo, pois o objetivo deste era a formação de mão-de-obra. Com a extinção do MOBRL e da Fundação Nacional pela Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR⁵, outros programas surgiram com a influência das políticas neoliberais que refletiam e refletem a educação mercadológica, valorizando prioritariamente o aumento da produtividade econômica.

No mesmo período foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI 9.394/96), destacando a oferta escolar mediante tanto acesso quanto permanência dos alunos, mas focando os recursos educacionais para o ensino fundamental, o que prejudicou as ações integradas e complementares que poderiam estar voltadas para a modalidade da EJA. Em contexto internacional, a EJA também é evidenciada como modalidade estratégica para a qualificação profissional, em que as transformações no sistema produtivo vão exigir cada vez mais um novo tipo de formação.

É nesse cenário que surgem os fóruns de EJA (1997) e movimentos que discutiram as políticas para a EJA sob uma concepção de promoção de equidade e garantia de direitos:

“Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, organizada pela UNESCO e considerada o principal fórum mundial sobre o tema, realizada em Hamburgo, em julho de 1997, considerou a educação de adultos como a “chave” de entrada para o século XXI. Portanto ela é um componente essencial de promoção da equidade e da garantia de direitos básicos de cidadania” (RICETTI, 2015, p. 46).

Ao final da década de 1990 até os anos 2000 destacam-se eventos que reafirmaram as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, propondo-se metas e compromissos, os quais na prática não foram devidamente cumpridos:

Apesar dos compromissos assumidos, principalmente desde a Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, e de ter ocorrido, ao longo dos anos 1990, uma série de encontros nacionais e internacionais, estimulados ou

⁵ A fundação substituiu o MOBRL apenas como órgão de fomento, sendo extinta em 1990 pelo governo de Fernando Collor de Mello.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



convocados pela UNESCO e pela Organização das Nações Unidas (ONU) em que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em nome do governo brasileiro, firmou acordos e compromissos para a ampliação da oferta do ensino fundamental para toda a população, na prática tem-se verificado o descumprimento desses acordos e o incentivo a programas compensatórios, no campo da filantropia ou a cargo, predominantemente, de entidades empresariais (CERATTI, 2007, p.7).

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA em 2000, surgem as primeiras propostas pedagógicas que organizam esta modalidade segundo a especificidade da EJA. No entanto, é necessário que se efetive políticas públicas que possam se desenvolver no sentido destas propostas tanto no âmbito pedagógico como no administrativo, o que ainda se constitui como um impasse para a materialização dessas propostas.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024)⁶ também visa a erradicação do analfabetismo até o final da vigência do plano. Estabelece ainda metas que preveem a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, por meio de programas que tenham como finalidade a superação da dualidade estrutural entre trabalho e educação e que relacionam o trabalho como princípio educativo, a exemplo o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, articulado na meta 10 com 11 estratégias no referido PNE.

De modo geral, as políticas que se desenharam ao longo da história da EJA, foram permeadas por políticas direcionadas ao combate do analfabetismo, marcadas por campanhas emergenciais que tornaram a EJA em modalidade de caráter compensatório. Contudo, é apenas no Governo Lula, que se pode notar a configuração das políticas para a EJA visando ao desenvolvimento da educação por meio da implantação de programas, os quais foram fragilizados no período de 2019 a 2022 pelo governo Bolsonaro. Neste sentido, Arroyo (2011) afirma que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos deve configurar-se como um campo de políticas públicas tornando-se o Estado responsável por políticas que garantam a

⁶ Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



especificidade dos sujeitos e, conseqüentemente, a emancipação destes, o que perpassa por uma formação humana, a qual a concretização ainda se constitui como um grande desafio para as políticas educacionais.

2.1 Formação emancipatória na Educação de Jovens e Adultos – desafios políticos

Conforme os estudos realizados no início deste trabalho, as políticas educacionais, historicamente, têm sido dirigidas para uma formação técnica que atenda aos interesses da agenda neoliberal, o que se constitui como um forte impasse para a construção da formação emancipatória, a qual se entende aqui a partir de Gramsci (2001) que defende a educação unitária que possa desenvolver a capacidade intelectual e prática do aluno, bem como a sua emancipação frente ao sistema hegemônico.

A sociedade capitalista e seu sistema contraditório continuam proporcionando a divisão do trabalho manual e intelectual, em que o acesso ao conhecimento fica restrito aos detentores do poder, e aos trabalhadores, cabe apenas um conhecimento mínimo que garanta o aprender das técnicas necessárias para o processo de produção. Esta instrução mínima, Saviani (1994, p.160) explica que:

[...] Na sociedade moderna, o saber é força produtiva. A sociedade converte a ciência em potência material. Bacon afirmava: “saber é poder”. É meio de produção. A sociedade capitalista é baseada na propriedade privada dos meios de produção. Se os meios de produção são propriedade privada, isto significa que são exclusivos da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas. Se o saber é força produtiva deve ser propriedade privada da burguesia. Na medida em que o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os trabalhadores passam a ser proprietários de meios de produção [...] aí está a contradição que se insere no capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção [...].

Neste cenário, a nível de Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos, os atuantes nas reformas educacionais trabalham para a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes, com parâmetros pedagógicos que privilegiam a atividade

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

produtiva. Segundo Bernstein (2003) o modelo de competência influencia significativamente estes cursos, bem como tem adentrado ao novo Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) faz parte de um projeto de política educativa em que o mercado está na direção. A presença de organismos internacionais e outras empresas têm interferido significativamente na educação pública, descaracterizando a formação humana em detrimento da mercantilização, em que Mézaros (2006) destaca como uma de suas principais propostas, constituindo um dos principais desafios políticos para a formação humana. Nesse sentido, deve-se atentar para a compreensão da política educacional como meio imprescindível para a luta contra a desigualdade (GENTILI, 2013).

Nas circunstâncias da ideologia do capital, Apple (2002) afirma que o aluno é visto como capital humano o qual precisa adquirir habilidades para o mundo contemporâneo competitivo, em que os jovens e adultos não se reconhecem como produtores dos seus saberes, mas apenas receptores. Nesse processo, reflete-se uma educação opressora ao invés de emancipatória:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização (FREIRE, 1987, p. 33).

Para a superação das polaridades conhecimento geral e específico, é necessário que a escola seja politécnica, possibilitando o acesso à cultura, ciência e trabalho. Considera-se aqui a categoria trabalho como fonte de produção e apropriação de saberes como processo que favorece a formação integral do homem:

Uma educação que busca o desenvolvimento integral - ou por inteiro - de todas as potencialidades humanas. Que significa ainda a livre e a plena expansão das dimensões intelectuais, afetivas, estéticas e físicas do homem.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Mas também, como componente histórico e contra-hegemônico, que visa à reintegração do homem na produção da vida, somente possível se o trabalho que garante a vida não for dividido e fragmentado, que atinja, ainda que seja necessário permanecer no reino da necessidade, o reino da liberdade, que o capacite para a compreensão dos fundamentos científicos e culturais das diferentes técnicas e tecnologias, importante para a assimilação dos modernos processos de trabalho e da realidade natural e social. Uma educação, por fim, que resulte na formação de sujeitos individuais e coletivos autônomos e emancipados [...]. (CASTRO; MACHADO; VITORETTE, 2010, p. 155).

A politecnicidade é defendida por Karl Marx (1866) no conceito de omnilateralidade revelando a formação integral do sujeito ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica. O objetivo de Marx é a superação das contradições entre o capitalismo e a produção laboral, sendo o indivíduo detentor da sua atividade no nível técnico e intelectual (MOURA, LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Portanto, as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos necessitam superar os desafios impostos pelas condições neoliberais para que os estudantes possam ter direito à educação de qualidade a qual se faz mediante uma formação humana que lhe garanta os demais direitos. A superação destes desafios para uma sociedade mais justa e inclusiva é a esperança deste novo tempo (governo) que se inicia.

3 CONCLUSÃO

Uma reflexão profunda sobre o contexto político-econômico-social é imperativa para a estruturação do conhecimento acerca dos percursos referentes às políticas educacionais no Brasil. A compreensão da consolidação do modo de produção capitalista deve fazer parte dos estudos que direcionam às políticas públicas atuais e retratam uma sociedade injusta e excludente, por meio de uma educação polarizada que visa ao desenvolvimento exclusivo da produção econômica, o que leva para uma exigência da continuidade do presente estudo.

A história das políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil revela a preocupação para a alfabetização das pessoas com objetivo de formar

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mão-de-obra qualificada e atender as exigências das transformações do processo produtivo. Assim, esvazia-se a formação ao nível intelectual, reduzindo-se a uma formação estritamente de domínio técnico. Ressalta-se que neste trabalho defende-se a educação sob a perspectiva de uma formação integral, o que exige políticas educacionais que valorizem a emancipação dos sujeitos de maneira que estes se tornem cidadãos plenos, e esta cidadania plena só é alcançada mediante um processo educacional que não condicione somente ao domínio técnico da leitura e escrita, mas que a partir deste domínio se possa garantir a liberdade, a superação das precárias condições de vida, e a inserção plena na sociedade enquanto sujeito reconhecido.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reformas do Estado e Políticas educacionais. **Educação e sociedade**: revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade, n. 75. Campinas: CEDES, 2001.

APPLE, Michael. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, jan./jun. 2002.

ARROYO, Miguel. **Educação de jovens-adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Estudos em EJA).

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. Tradução: Maria de Lourdes Soares e Vera Luiza Visockis Macedo. **Cadernos de pesquisa**, n.120, p.75-110, novembro/2003.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014a. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jul. 2016.

CASTRO, Mad’Ana Desirée Ribeiro de; MACHADO, Maria Margarida; VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. Educação Integrada e PROEJA: diálogos possíveis. **Revista Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 151-166, jan./abr. 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos**. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), SEED/PR, 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marci_a_rodrigues_neves_ceratti.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GENTILI, Pablo; STUBRIN Florência. Igualdade, Direito à educação e Cidadania: Quatro evidências de uma década de conquistas democráticas. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Política Educacional, Cidadania e Conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Volume 2. 2º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago. 2006.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização dos jovens e adultos**, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARX, Karl. **Instruções aos delegados do conselho geral provisório**: as questões diferentes, 1866. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 04 jan. 2017.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out./dez. Rio de Janeiro, 2015.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

RICETTI, Miriam Aparecida. **A permanência dos alunos na EJA**: um olhar nas dimensões políticas, social e motivacional / Miriam Aparecida Ricetti. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SAVIANI, DERMERVAL. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar/ organizadores Celso João Ferreti ... I et al. I.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PROMOÇÃO



APOIO

